ATA DO CONSELHO FISCAL

No dia vinte nove de setembro de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos, estiveram reunidos no Instituto de Previdência do Município de Rio Claro em reunião ordinária os membros do Conselho Fiscal **Adriana Sarti, Maria Aparecida Felisbino de A. Norberto, Mariangela de Lourenço Berzaghi Dagnoni, . Nelson Leme da Silva Junior, Regina Siqueira Masson, participaram da reunião em momentos diferentes a Diretora interina Financeira e contábil Juliana Cristina Simões e a auxiliar administrativo Sra. Micheli Caligaris e o assessor administrativo Sr. Eduardo C. Lima: Nelson** inicia a reunião pegando o material recebido do **Eduardo** referente a nota fiscal de cinco de dezembro de dois mil e quinze, diz que foi feito o depósito da Papyrus ao IPRC no dia vinte e seis de setembro, relata que foi emitida uma nova nota. **Maria Aparecida** questiona se o depósito foi identificado e **Nelson** diz que sim, que há a transferência da Papyrus para o Instituto e o pagamento do Instituto para a Papyrus com a emissão de uma nova nota. **Maria Aparecida** solicita que se peça ao setor contábil o estorno da nota errada com todo o processo de correção. **Nelson** solicita que se chame a sra. **Juliana**. **Nelson** solicita o fechamento do mês de junho aprovado com ressalvas (anexo). **Juliana** chega e **Maria Aparecida** questiona se já foi feito o estorno e registros contábeis e **Juliana** diz que ainda está fechando o mês. **Maria Aparecida** acrescenta o fato na ressalva. **Nelson** solicita que se acrescente mais uma ressalva ao setor administrativo quanto ao posto de gasolina e os abastecimentos, que eles sejam identificados pelo veículo , assinatura do responsável e dia do abastecimento. **Nelson** inicia a análise do mês de julho dizendo que existem vários pagamentos de títulos e coloca a questão de para quem foram pagos: nomes , CPF, CNPJ do recebedor. **Maria Aparecida** coloca que é preciso verificar se estes títulos constam do relatório e se estão discriminados. **Nelson** verifica que são referentes a Elektro, Tiago Salomone, escritório autuarial, Maria Teresa Gonçalves, coloca que estão identificados mas não é possível saber a que serviços corresponde cada um. **Maria Aparecida** explica que é preciso que a responsável contábil traga os processos com as especificações de cada tipo de serviço prestado para conhecimento. **Nelson** coloca que é preciso saber a que se referem estes pagamentos, exemplifica que aparece o pagamento do telefone vivo, mas não é possível saber qual o número de telefone pago. **Juliana** diz que há somente uma linha de telefone. **Nelson** diz que aparecem no balancete dois pagamentos de telefone. **Maria Aparecida** reforça que nos processos aparecem quais linhas se referem o pagamento. **Nelson** continua citando outros pagamentos : oficina, diário de Rio Claro, **Juliana** Cristina Simões duas vezes. **Maria Aparecida** lembra que ficaram de solicitar os valores da **Juliana** que se referem a adiantamento. **Nelson** continua citando outros gastos que necessitam de explicações sobre a que serviços se referem. **Juliana** explica que possuem o serviço da Net que se refere a TV e a vivo exclusivamente do telefone, continua dizendo que há dois pagamentos por causa de uma linha desativada, que era do Sr. João. Neste momento chegou o Sr. **Eduardo**, assessor administrativo, e **Juliana** solicita que explique a segunda linha telefônica. **Juliana** mesma explica que era referente a um PABX que precisa estar vinculado a uma linha, portanto não pode ser desativado. **Eduardo** concorda e explica que uma linha está vinculada a outra e não pode ser desativada, que a segunda linha está ativa na sua sala, que já tentou desativar mas não conseguiu. **Nelson**

solicita que **Eduardo** faça um protocolo à vivo com a resposta e diga que é para prestação de contas do Instituto. **Eduardo** explica que pode solicitar a gravação. **Nelson** inicia os questionamentos para **Juliana** sobre a prestação de contas e ela vai dizendo a que serviço corresponde: Tiago Salomone (Ultralimp, material de limpeza),Maria Teresa Gonçalves Azevedo Gossi (encadernação dos livros contábeis), Carlos Stivali (confecção de blocos), auto posto Santana. **Eduardo** explica que não é possível colocar a placa do carro na nota fiscal como foi solicitado. **Maria Aparecida** sugere que no posto use o controle para colocar a chapa do carro, a quantidade de combustível e quem abasteceu assina este controle que será anexado à nota fiscal. **Eduardo** diz que ele assinará autorizando o abastecimento e quem abastece também assina. **Nelson** continua descrevendo os gastos e **Juliana** e **Eduardo** vão explicando a natureza dos serviços, SUPREV (assessoria previdenciária), passagens aéreas. **Eduardo** retorna ao uso das linhas telefônica e diz que quando a linha principal está com problemas a segunda linha é usada. **Nelson** pede que informe as duas linhas e continua com as descrições de gastos: Anderson Pasqualini (TI), Marcos Babone (gravador de voz), **Juliana** (adiantamento), APPREM, Digitalflix (extrato de contribuição), Generativa (mensal).**Maria Aparecida** questiona o excesso de uso dos produtos de limpeza e se não estaria ultrapassando do valor estimado do ano. **Juliana** coloca que talvez tenham que fazer alguma economia. **Nelson** continua com as descrições de gastos e questiona a mudança no mecanismo de apresentação da folha de pagamento pois no apontamento do mês anterior veio discriminados vários itens e em seguida diz que foram condensados. **Juliana** diz que a folha de pagamento está sendo empenhada do mesmo jeito. **Regina** explica que são pagamentos de funcionários. **Maria Aparecida** informa que na Conan é possível pegar um resumo onde aparece toda informação da folha de pagamento. **Nelson** sugere que seja anexado este resumo na próxima prestação de contas. **Nelson** identifica o pagamento dos peritos do Instituto, que são confirmados por **Juliana** e da guarda mirim, que **Juliana** diz que são dois. **Maria Aparecida** faz uma descrição de como acontece as prestações de conta da saúde e como é o seu procedimento lá. **Nelson** pergunta para **Maria Aparecida** o que são outras receitas lançadas indevidas. **Maria Aparecida** explica que às vezes é uma receita de reembolso e foi lançada como transferência e sugere que seja solicitada a explicação. **Nelson** coloca que como indicou a Crédito e Mercado no curso, devem estar pedindo as atas do Comitê de investimento que deliberaram e autorizaram as aplicações financeiras. **Maria Aparecida** relembra que no curso foi reforçado a grande responsabilidade do conselho fiscal. **Adriana** reitera a necessidade de alteração da Lei no que diz respeito as atribuições do conselho. **Regina** traz o resumo da Conan e é feita uma análise dos dados constantes lá em relação com os dados que aparecem na prestação de contas apresentada. **Juliana** explica que todos os adiantamentos dos funcionários saem em seu nome. **Maria Aparecida** explica à **Juliana** que embora saia em seu nome o funcionário que irá usa-lo deve assinar a nota correspondente junto com ela para sua segurança e sugere que todos os cupons fiscais sejam xerocados, pois apagam com o tempo. Todos os processos são minuciosamente analisados e conferidos. Nelson retoma falando a respeito de investimentos e, que fará um ofício solicitando a cópia da ata do comitê que autorizou todos os investimentos, relê o documento de prestação de contas e diz que estão aprovadas as contas referentes aos meses

seis e sete com o apontamento da nota fiscal da Papyrus e suas devidas correções, posto de gasolina com as providências para mudança nos procedimentos, assinados e rubricados por todos os presentes. Foi solicitada a presença da Funcionária Micheli Calligaris Pereira para ser ouvida pelo conselho. Iniciou-se a segunda parte da reunião com **Nelson** apresentando **Micheli** e dando a palavra à ela para explicar o motivo da solicitação de sua participação nesta reunião, **Micheli** relata que há muito tempo ouve-se o Conselho Deliberativo questionar o seu horário dentro do Instituto. **Adriana** pergunta sua função dentro do Instituto e **Micheli** responde que é auxiliar administrativo e que desde dois mil e catorze foi solicitado pela Procuradoria Geral do Município que uma servidora efetiva do Instituto fosse designada para auxiliar a procuradora que responde pelos processos do IPRC, isto foi uma sugestão do Ministério Público para que um procurador respondesse pelo Instituto, isto aconteceu quando foram extintos os cargos de assessor jurídico em todos os departamentos da autarquia e executivo da administração direta, até que se fizesse um concurso, que como é do conhecimento de todos este concurso não acontece de jeito nenhum, relata que o problema maior que motivou esta reunião é que não conhecendo os novos membros deste conselho, e trabalhando dentro de sua sala e com muitos serviços externos não consegue ter contato com muita gente, diz que muita gente a conhece, mas que ela não. **Mariangela** diz que trabalhou com a mãe e avó(Neusa) da Sra. **Micheli** . **Micheli** diz que pediu para ser ouvida porque há muito tempo, antes de dois mil e catorze, pessoas questionam seu horário dentro do Instituto, explica que realiza trabalhos externos, diligências no fórum, cartório; relata que a procuradora não é lotada no município dificultando ainda mais o trabalho e, por este motivo foi solicitado uma servidora para levar os processos até eles para facilitar, nem que fosse só para assinar, acredita que por este motivo existe uma dúvida sobre estar em desvio de função. **Regina** faz uma correção dizendo que a procuradora não fica no Instituto, mas que fica sim no município. **Micheli** concorda e diz que ela fica lotada no paço municipal, que ela se confundiu ao dizer que ela não ficava no município, continua dizendo que todos os processos administrativos dos servidores ficam aqui no Instituto, não é possível ficar saindo com documentos daqui, diz que ela é que faz todo trabalho de pesquisa já que por ser da área jurídica entende e consegue ajudar nas petições; relata que a procuradora ajuda como é possível e que não iria mentir dizendo que a mesma é que faz tudo, que inclusive ela **Micheli** , está sobrecarregada de trabalho pois é auxiliar administrativo precisando usar seus conhecimentos de advogada, que não seriam necessários se estivesse fazendo somente seu trabalho, continua dizendo que como a demanda da prefeitura é muito grande mesmo tendo vários procuradores é muito trabalho para cada um e devido a sua experiência de estágio por dois anos na procuradoria conhece o trabalho deles na prefeitura, diz entender que por este motivo não é possível um procurador ser designado para atender somente os casos do Instituo, então a procuradora foi designada para assessorar o Instituo, acumulando os dois lugares. **Regina** coloca que na verdade os processos saem prontos do Instituto. **Micheli** diz que tem facilidade nesta matéria por trabalhar já há seis anos no Instituto e gostar do assunto previdenciário e que agora o Sr. Valdecir, novo procurador, que vai trabalhar com os casos previdenciários na prefeitura, embora ele entenda mais do INSS, poderá ajudar com o regime próprio que tem suas

peculiaridades **Micheli** diz que já conversou com o Superintendente Lineu desta necessidade, pois o Instituto, com certeza, na medida em que o número de servidores vai aumentando também vai aumentando o número de processos. **Micheli** se diz muito chateada com as pessoas questionando seu horário, e gostaria que os conselhos estivessem atentos às necessidades do Instituto, diz estar infeliz da forma como está trabalhando e considera que outras pessoas também estão sobrecarregadas dentro do Instituto. Relata que está cansada de ser questionada pelas horas extras que realmente vem fazendo e que as pessoas vêm a hora que chega, mas não vêm a hora da saída porque já foram embora, que algumas vezes acontece de ser às vinte e uma horas. Relata estar sendo muito desgastante trabalhar desta maneira, fato já relatado ao superintendente para que ele encontre uma solução para a situação, pois já houve até um boato de que estaria fazendo academia em horário de trabalho, diz que embora não se importe com boatos considera muito desagradável e gostaria que houvesse denúncia por escrito para poder se defender. Explica que apenas se trocava no Instituto antes de ir a academia e que por conselho da **Regina** deixou de fazê-lo. **Mariangela** relata que trabalha em uma secretaria em frente ao aero clube e que alguns funcionários se trocam lá para fazer caminhada, que não considera nada demais. **Micheli** solicita a compreensão de todos, pois foi colocada nesta situação pela circunstância e que é muito complicado para que ela tenha um horário certinho, lembra também que o Instituto não tem motorista e que ela é obrigada muitas vezes a usar o próprio carro para ir ao fórum, cartório, embora considere errado, mas preza pelo bom funcionamento do Instituto, e ainda acredita que o bom funcionamento se deve a pessoas como ela, **Regina**, Elizangela que dão o melhor de si para que seja assim, fazendo mais do que deveriam fazer; **Micheli** continua dizendo que estão fazendo um recurso para o Ministério Público, Lineu protocolou lá na tentativa de conseguir através de uma lei no Legislativo, mas não passou. **Mariangela** diz que foi engavetado e **Micheli** concorda e acrescenta que nada foi feito. **Regina** diz que desde dois mil e dez já se vem tentando e **Micheli** diz que o Sr. Sérgio já protocolou um projeto de Lei que não teve resposta. **Mariangela** diz que o Conselho anterior já havia se atentado. **Adriana** solicita que **Micheli** descreva este processo com nomes corretos para que fique claro na ata. **Micheli** explica que o Sr. Sérgio Ferreira, foi primeiro superintendente , esclarecendo que o Instituto nasceu em dois mil e sete e já são dez anos de Instituto e que obviamente muitos funcionários já saíram do Instituto por vários motivos e por todo este período não se abriu concurso afirma ser necessária alteração da Lei ou se estaria "tapando o sol com a peneira" da maneira como está hoje, esclarece que só resolveria o cargo de Diretor financeiro, já o cargo de procurador judicial não, informou que havia uma assessora jurídica, que era a Sra. Tatiane Engler, que foi exonerada na época, e o Sr. Sérgio solicitou através de um Termo de Ajustamento de Conduta que ela pudesse continuar apenas por um ano até que fosse providenciado um concurso, mas não houve permissão do promotor, **Micheli** relata que o promotor sugeriu que o procurador do município que era responsável pelas demandas judiciais do executivo respondesse também pelas do Instituto, que como autarquia faz parte do executivo da prefeitura, isto como medida paliativa do problema; **Micheli** ressalta que como este concurso não foi feito esta situação vem se arrastando gerando uma situação cada vez mais grave dentro do Instituto; diz que o

quadro funcional está precário e que ninguém está feliz lá no Instituto, que todos estão sobrecarregados, acredita que todos esperam que o Conselho tenha uma posição ativa e que se o Superintendente não está conseguindo descubram qual o caminho para uma cobrança maior, sugere que o conselho vá até a Câmara e ao próximo prefeito para cobrar uma solução, não esperar do Ministério Público esta cobrança, diz que pelos seus conhecimentos jurídicos que tem entende que não cabe ao Ministério obrigar o Executivo a fazer o que seria necessário para solucionar este problema, o que o Ministério poderia fazer seria entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão, alegando que os cargos de provimento efetivo devem ser preenchidos por concurso público, e isto não está acontecendo porque é necessário reformar o quadro funcional do Instituto, coisa que o executivo está inviabilizando e consequentemente inviabilizando o concurso, sendo um ato de inconstitucionalidade, diz não saber qual medida seria tomada pelo Tribunal de Justiça quanto ao caso e que fará uma sugestão ao Conselho Superior do Ministério Público; diz que acredita que os componentes do conselho devem ser muito fortes e muito ativos no sentido de pressionar o executivo para tomar alguma medida que resolva este problema, afirma que não sabe se iria surtir efeito mas que já seria alguma coisa; diz desconhecer as medidas do conselho mas que ouve dizer que a lei não passa; afirma que as medidas paliativas não estão resolvendo o problema. **Maria Aparecida** diz que em dois mil e catorze foi feita uma reforma administrativa no município que compreendeu a prefeitura, a Fundação municipal de saúde, arquivo, DAAE, Ulisses, e questionou por que o Instituto de Previdência não foi incluído na reforma para se criar os cargos necessários para o bom funcionamento do mesmo, já que a Fundação Getúlio Vargas fez o projeto com estudos e análises de todos os cargos revendo a estrutura administrativa da prefeitura, pergunta novamente por que o Instituto ficou de fora desta reforma. **Micheli** responde que porque o Instituto se encontra largado e precisaria primeiro passar a Lei com as reformas e que a lei está no gabinete e não sobe. **Regina** diz que o Instituto nunca é chamado para nada por esta administração e que as leis "chegam" no Instituto. **Maria Aparecida** afirma que deveriam ter sido comtemplados com a reforma administrativa, pois aconteceu em todas as secretarias. **Mariangela** discorda afirmando que a secretaria de Desenvolvimento econômico, onde trabalha, nunca foi chamada para nada, afirmando que só criaram cargos de secretaria e diretoria e não foram criados cargos de carreira, que a ouvidoria, o arquivo e o Gabinete também não foram contemplados, **Mariangela** diz que o que a **Micheli** relata sobre os conselhos, atual e anterior, é de seu conhecimento que os conselheiros anteriores, tanto do fiscal como do deliberativo, passaram muito tempo elaborando as modificações dos cargos e atribuições para as reformas necessárias no Instituto em um projeto de lei, que foi entregue no gabinete do prefeito, junto com o Sindicato, diz que na última conversa que participou quando foi chamada, pois era suplente, em que estiveram presentes o Japyr, o Perissinoto e o Sr. José Renato relata que foi feita a proposta de que junto com o acordo da dívida este projeto de lei, que havia sido encaminhado com as modificações, já há dois anos, fosse encaminhado para a Câmara para ser votado também, diz que o Perissinoto afirmou nunca ter visto este Projeto de Lei, então concluiu que deve estar engavetado desde que foi entregue. . **Nelson** diz não vir ao caso neste momento esta situação de entender o por que aconteceu

desta forma, que quanto ao relato da funcionária **Micheli** e mediante a denúncia, o que cabe ao conselho fiscal fazer é oficiar ao superintendente solicitando uma nova propositura de lei e protocolar novamente ao executivo, ressalta que o que todos devem entender e deve haver uma deliberação deste conselho é sobre esta situação da funcionária **Micheli** se vai continuar acontecendo ou não. **Micheli** diz que quanto a este questionamento afirma não estar feliz com esta situação, com acúmulo de trabalho e com horas extras porém que gostaria de ser reconhecida pelo trabalho que faz pois está fazendo muito mais do que seria sua função, relata que faz peças processuais, diligências fora do Instituto com carro do Instituto e com o próprio, o que não considera certo, e diz que se parar de fazer tudo isto o Instituto vai parar, e se isto seria o certo; relata que disse ao superintendente Lineu esperar até janeiro para que ele tenha resolvido sua situação e sugeriu que ele remaneje os cargos disponíveis aqui dentro, que são os de assessor administrativo e financeiro, e coloque seu assessor administrativo como financeiro, pois ele já realiza tarefas neste sentido e a coloque como assessora administrativa dizendo que cessaria este falatório quanto ao seu horário, aos serviços externos, quanto a compensação financeira e ao desvio de função; esclarece que já houve comentários sobre a possibilidade de que pudesse entrar na justiça contra o Instituto por estar em desvio de função e que como advogada sabe que teria este direito com grande probabilidade de ganhar esta causa. . **Nelson** coloca que a preocupação em regularizar a situação seria por dois aspectos: um seria a hora extra que não é um mecanismo correto de recebimento e o segundo é que estaria sendo gerado um passivo para o Instituto, embora a funcionária tenha dito que não irá entrar na justiça, diz que não é possível prever se amanhã a mesma não mudará de ideia e causará grande prejuízo ao Instituto. **Micheli** acrescenta que pode mesmo ser muito grande este prejuízo, mas que sua intenção em trazer para o conselho o problema não foi para enaltecer o que faz além de suas obrigações, mas deixar claro que , como advogada não pode garantir resultados, e estando já há seis anos neste trabalho, nesta parte jurídica, relata que começou seu estágio na procuradoria e terminou no Instituto, primeiro na contabilidade depois com a assessora jurídica e desde então diz acompanhar o processo jurídico nas demandas; relata que quando a Tatiane saiu não foi imediatamente designado um procurador do município para auxiliar o Instituto pois não havia disponibilidade para isto, diz que a princípio o Dr. Artur que era da Assessoria Jurídica AGEM, empresa que prestava serviços para o Instituto, fez o favor de pegar as demandas judiciais, o que não estava correto, relata que houveram muitos problemas pois ele trabalhava na Praia Grande e acabava perdendo prazos, e havia a dificuldade de os processos serem físicos na época e não digitais; continua relatando que embora designada no papel desde dois mil e catorze diz que na verdade é desde dois mil e onze/doze quando a Dra Tatiane saiu é que já auxiliava o Dr. Artur no trabalho que faz neste momento em desvio de função; **Micheli** relata que fez o memorando entregue ao conselho e à **Regina** relatando suas preocupações quanto a perda de prazos, e processos sem advogado apesar de seus avisos, diz que entendia que o Dr. Artur estava fazendo um favor ao Instituto e que não recebia para isto mas não podia deixar que houvesse prejuízo ao Instituto, **Micheli** desculpa-se por estar falando tantas coisas neste momento mas diz que há muito tempo gostaria de falar com o conselho pessoalmente; relata que conversou com o Lineu se ele

estaria interessado em ter esta pessoa e valorizá-la até que se abra um concurso e coloque um procurador no Instituto, já que vem fazendo este trabalho com eficiência, (neste momento **Micheli** faz explicações sobre procedimentos jurídicos). . **Nelson** diz que não é possível confundir a questão da valorização profissional, que não deve ser discutida aqui, com o que se deve discutir, que seria a permanência deste pagamento e que todos concordam não ser adequado, o que o conselho tomará como medida será oficiar o superintendente sobre o que já foi feito e o que será feito sobre o caso ou, em segundo plano, junto com o conselho deliberativo, opinar para que de alguma forma obrigue o superintendente a reorganizar os cargos dentro do Instituto resolvendo esta situação, sendo que não serão mais aprovadas as contas com horas extras desta natureza. **Regina** coloca que na última reunião com o Lineu sugeriu que, até que a lei para o concurso seja aprovada, que termine o período eleitoral e até o início do próximo ano, a solução interna seria pegar os três cargos de assessoria (que são administrativo, financeiro e jurídico) embora o jurídico tenha sido extinto, seria alterar a lei do Instituto passando a três assessores, uma assessoria seria dada para a **Micheli** e ela continuaria com o seu trabalho pois considera que, sem menosprezar ninguém, é de fundamental importância pois o procurador que está iniciando ainda não conhece direito o Instituto e nem o Regime próprio de previdência e a **Micheli** já vem acompanhando há mais tempo, relata que diante do Lineu questionou se **Micheli** poderia aguardar até dezembro para solucionar esta situação, já que ela disse que largaria tudo, e **Micheli** e Lineu concordaram. **Regina** diz que como diretora de RH propôs que **Micheli** receberia como hora extra até janeiro quando seria resolvido o quadro de cargos do Instituto e **Micheli** passaria a receber como assessora ou quarenta e cinco por cento do cargo, o que for viável à ela, mas não dá para deixar de lado as alterações necessárias da Lei que está sendo feita desde dois mil e dez, diz que desta forma ela ficaria contente e o Instituto seguiria. . **Nelson** diz que o problema é mais grave do que simplesmente aguardar janeiro e que temos que assumir a responsabilidade do que é nosso, afirma não estar discutindo a necessidade da **Regina** ou da **Micheli** , mas o que é inerente a função do conselho, e a função do conselho é dizer se as horas extras estão corretas ou não, e que é possível fazer para sanar o problema. **Micheli** diz que estão todos de mãos atadas por causa da eleição. . **Nelson** diz que não é por causa da eleição, que seria necessário chamar o Lineu para uma conversa ou por ofício e demonstrar que tem uma solução imediata, seja temporária, mas que é melhor que ficar em uma situação de reprovação de conta por causa de hora extra, não é possível se arriscar nem por A,B ou C e muito menos pela ineficácia ou negligência da prefeitura. **Adriana** concorda que este problema não deveria chegar ao conselho e sim ser resolvido internamente já que é uma situação ilegal, como foi colocado pela própria funcionária **Micheli**, que afirmou poder processar judicialmente o Instituto por desvio de função, coloca que o conselho não pode ser conivente com uma situação ilegal e que o papel do conselho é apontar e solicitar que o Lineu encontre a solução possível neste momento e aguardar. **Regina** coloca que está falando em ilegalidade de hora extra, **Micheli** interrompe e explica que a ilegalidade é do desvio de função, pois as horas extras ela tem feito, saindo não só do Instituto como da prefeitura às vinte e uma horas e trinta minutos e por motivos justos. **Adriana** corrige dizendo que a questão é que o desvio de

função tem obrigado a funcionária **Micheli** a fazer as horas extras. Neste momento **Mariangela e Maria Aparecida** aconselham que **Micheli** anote todas as horas extras que faz. **Regina** diz que tem proibido **Micheli** de levar serviço para casa. **Micheli** relata que na verdade sempre teve um relacionamento profissional muito aberto com **Regina** e que tem suas funções fora do Instituto e que recentemente tirou a OAB e advoga paralelamente ao seu trabalho no Instituto e que diz à **Regina** que muitas vezes não consegue dar conta, pois não são processos simples que são entregues simplesmente na procuradoria, **Micheli** coloca à disposição em sua sala para verificação. **Adriana** pergunta desde quando **Micheli** tirou a OAB. **Micheli** responde que foi no meio de dois mil e dezesseis. **Micheli** diz que conversou com o Lineu e que estaria analisando propostas fora do Instituto, pois está se sentindo sobrecarregada lá e que considera que deve partir do superintendente a valorização do funcionário para que eles permaneçam no Instituto, reiterou que as horas extras estão sendo feitas há muito tempo e que sempre precisou levar os processos para casa pois não dava conta durante o horário de trabalho, disse que em casa trabalha nos seus processos particulares, reafirmou que já há três semanas por ordem da **Regina** não leva processos para casa, relata que no sábado esteve no Instituto trabalhando o dia todo, e disse que espera que câmera tenha gravado para que as pessoas que questionam seu horário vejam. **Regina** reafirmou a ordem de que **Micheli** não deve mais levar processos para casa. **Micheli** reafirma que sua revolta como funcionária é por questionarem suas horas extras como se não fossem feitas, (neste momento houve muitas falas neste sentido). **Mariangela** reafirma que **Micheli** deve marcar todas as horas extras que faz. **Nelson** diz que inclusive o número de horas extras que **Micheli** vem fazendo por dia está irregular. **Regina** coloca que aproveitando a fala da conselheira **Adriana** concorda que este assunto não deveria chegar no conselho e que deveria ter sido resolvido já no início, relata que como sabe o que está sendo feito e que o trabalho está sendo cumprido pela funcionária **Micheli** , não considera certo outro funcionário questionar a situação. **Micheli** diz que não tem nada a esconder e relata que uma vez **Juliana** disse à mesma que trabalhava de porta fechada pois ficava irritada de ver a hora que **Micheli** chegava, **Micheli** diz ter respondido que achava um absurdo que ela ficasse tomando conta de seu horário quando ela nem sabia se **Juliana** estava no Instituto trabalhando pois é muito ocupada e não tem tempo para tomar conta da vida alheia e diz que explicou seus motivos à funcionária **Juliana**. **Micheli** diz que chamou o Lineu, relatou o ocorrido e solicitou que ele esclarecesse para **Juliana** o seu trabalho, disse à ele que ele observasse a situação delicada criada por conta desta situação. **Adriana** coloca que não é privilégio dela no Instituto que os funcionários controlem os horários uns dos outros, relata que na escola é preciso deixar claro à todos onde cada um se encontra para que não haja falatórios desagradáveis de que alguém estava descumprindo o horário. **Regina** coloca que isto é um assunto para ser resolvido internamente. **Adriana** coloca que **Micheli** deve expor à todos onde estará cumprindo seu horário (fórum, cartório, prefeitura) para não gerar dúvidas de que está trabalhando fora do Instituto e que é ingenuidade achar que as pessoas vão deduzir sozinhas. Neste momento há uma discussão geral sobre o assunto. **Regina** diz que **Micheli** deve prestar contas à ela que é sua chefe e **Micheli** concorda. **Adriana** discorda e coloca que é conveniente que todos

tenham acesso ao horário geral dos funcionários. **Maria Aparecida** coloca que tudo isto é por uma situação não resolvida no passado e que vem gerando este conflito interno, que **Micheli** deve se reportar à sua chefia imediata e acrescenta que toda repartição pública tem problemas deste tipo, que o Superintendente deixou que esta situação chegasse a este ponto e que a funcionária **Micheli** assumisse um trabalho que é cem por cento jurídico e não administrativo, que deve-se criar um cargo de procurador urgentemente e enquanto não se cria o superintendente deve resolver esta situação; diz concordar enquanto membro do conselho fiscal que se dê o cargo livre de assessoria para **Micheli** até que se passe este período eleitoral. **Micheli** diz que se desde dois mil e doze já houvesse resolvido desta forma não teria chegado a este ponto de conflito e ela não teria se prejudicado tanto. **Regina** coloca que devido ao espaço pequeno do Instituto estes conflitos deixam o ambiente bastante pesado e que foi chamada para explicar um problema interno até pelo conselho deliberativo. **Maria Aparecida** questiona quem teria levado um problema interno para o conselho e ninguém soube dizer quem fez a denúncia. . **Nelson** coloca que oficializará o Instituto para que faça um controle rigoroso das horas extras, solicita que **Regina** faça um apontamento mensal das horas. **Micheli** acrescenta que o recesso forense começa em dezembro e que pretende tirar férias, pois há mais de um ano não tira e apenas desconta dias com autorização da **Regina**, e como a responsabilidade dos prazos é dela quer cumprir tudo de forma correta, diz que comunicou ao Lineu que se não houver solução prefere abandonar tudo e voltar para sua função de auxiliar administrativo; diz que por quatrocentos reais de hora extra não está valendo a pena todo este desgaste, que seus familiares estão cobrando que ela tome uma decisão, cobrou do Lineu que ele prometesse que em janeiro esta situação esteja resolvida para que seu trabalho seja reconhecido, que seu prazo final é janeiro. . **Nelson** coloca que passando o período eleitoral se faça um apontamento para que ninguém diga que **Micheli** não fez as horas, em relação até dezembro coloca que o conselho estará protocolando o ofício para o Lineu, diz que na próxima reunião ordinária ou dia dezoito no conselho deliberativo, que Lineu venha dar uma resposta quanto a possibilidade desta solução, entende que mesmo com a boa vontade da funcionária, esta situação gera um passivo trabalhista enorme para o Instituto, acrescenta que já existe, coloca que enquanto conselho fiscal é o que pode ser feito, coloca que houve uma denúncia do caso e que ele próprio trouxe para o conselho o fato, coloca que como **Micheli** havia solicitado uma reunião resolveu esperar para tratar do caso, considerou válido seu esclarecimento e esclareceu que compreende que não são as horas extras que são irregulares e sim a situação do desvio de função. **Regina** coloca que se comprometeu com a funcionária **Micheli** a em janeiro resolver esta situação, que Lineu concordou mas que ela responde somente por ele mesma. **Micheli** esclarece que para se resolver o problema há o envolvimento de outra pessoa que está ocupando hoje o cargo de assessor administrativo, que é o Sr. **Eduardo**, e que o Lineu não tinha certeza se ele iria concordar com a troca de cargo; **Micheli** relata que disse ao Lineu que seria uma decisão dele e que caberia a ele resolver e colocar o assessor administrativo como assessor financeiro e **Micheli** no cargo de assessor administrativo; disse que Lineu chamou **Eduardo** e ele concordou naquele momento. Encerrou-se a reunião e eu **Adriana Sarti** lavrei a presente ata

que após a leitura será assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes e ficará disponível e arquivada no Instituto junto com a gravação: